

# **Fortbras Autopeças S.A. e Controladas**

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2025 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Fortbras Autopeças S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Fortbras Autopeças S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Fortbras Autopeças S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Alexandre Cassini Decourt  
Contador  
CRC nº 1 SP 276957/O-4

FORTBRAS AUTOPECAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	208.338	179.567	228.505	219.721	Fornecedores	12	273.523	270.271	343.082	369.862
Contas a receber de clientes	6	276.551	240.401	370.011	316.726	Impostos e contribuições a recolher		20.462	12.278	40.989	25.851
Estoques	7	709.858	688.141	847.784	860.335	Obrigações e encargos trabalhistas	13	49.194	47.338	55.169	52.596
Impostos a recuperar	8	30.932	31.340	33.999	37.128	Contas a pagar por aquisição de controladas	15	55.277	52.350	56.456	53.530
Despesas antecipadas		2.437	1.148	2.382	1.148	Arrendamento mercantil a pagar	16	30.545	20.870	32.171	23.453
Outros créditos		7.461	9.103	8.564	12.169	Empréstimos e financiamentos	17	111.387	97.365	111.387	97.365
Adiantamento a fornecedores		34.300	24.810	37.731	29.327	Adiantamento de clientes		6.352	7.975	8.337	8.512
		<u>1.269.877</u>	<u>1.174.510</u>	<u>1.528.976</u>	<u>1.476.554</u>	Outros passivos		<u>11.011</u>	<u>9.468</u>	<u>490</u>	<u>6.770</u>
								<u>557.751</u>	<u>517.915</u>	<u>648.081</u>	<u>637.939</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Realizável a longo prazo						Contas a pagar por aquisição de controladas	15	41.308	95.081	41.308	95.081
Outros créditos		5.069	5.345	7.517	7.695	Empréstimos e financiamentos	17	681.233	727.149	681.233	727.149
Partes relacionadas	14	-	1.000	-	-	Provisão para riscos	18	9.625	5.300	10.171	5.729
Imposto a recuperar	8	84.356	61.237	87.904	61.347	Arrendamento mercantil a pagar	16	128.939	82.042	152.662	86.799
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	<u>95.430</u>	<u>85.543</u>	<u>123.061</u>	<u>103.752</u>	Outros passivos		-	146	-	146
		<u>184.855</u>	<u>153.125</u>	<u>218.482</u>	<u>172.794</u>			<u>861.105</u>	<u>909.718</u>	<u>885.374</u>	<u>914.904</u>
						<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<u>1.418.856</u>	<u>1.427.633</u>	<u>1.533.455</u>	<u>1.552.843</u>
Investimentos	9	365.170	369.914	-	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	20				
Imobilizado	10	98.080	88.359	109.941	100.385	Capital social	20.a	109.038	90.318	109.038	90.318
Direito de uso de ativos	10	146.624	101.052	171.348	108.077	Reserva de capital	20.b	772.673	602.748	772.673	602.748
Intangível	11	305.396	298.812	455.854	453.172	Reserva de lucros	20.c	60.508	60.508	60.508	60.508
		<u>915.270</u>	<u>858.137</u>	<u>737.143</u>	<u>661.634</u>	Reserva de incentivos fiscais		8.927	4.565	8.927	4.565
						Lucro acumulado		-	-	-	-
						Total do patrimônio líquido		<u>951.146</u>	<u>758.139</u>	<u>951.146</u>	<u>758.139</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>2.370.002</u>	<u>2.185.772</u>	<u>2.484.601</u>	<u>2.310.982</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>2.370.002</u>	<u>2.185.772</u>	<u>2.484.601</u>	<u>2.310.982</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORTBRAS AUTOPECAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
PARA OS PERÍODOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	21	2.210.230	2.262.260	2.799.058	2.927.316
Custo das mercadorias vendidas	22	(1.504.118)	(1.524.919)	(1.957.477)	(2.018.035)
Lucro bruto		<u>706.112</u>	<u>737.341</u>	<u>841.581</u>	<u>909.281</u>
Receitas (despesas) operacionais líquidas					
Despesas de vendas	22	(142.340)	(139.688)	(205.206)	(216.572)
Administrativas e gerais	22	(407.397)	(440.466)	(464.605)	(498.982)
Despesas com depreciação e amortização	22	(65.995)	(61.836)	(72.066)	(69.518)
Amortização da mais valia	22	(18.639)	(23.461)	(18.639)	(23.461)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	54.021	47.192	41.317	24.929
Resultado de equivalência patrimonial	22	(631)	6.176	-	-
		<u>(580.981)</u>	<u>(612.083)</u>	<u>(719.199)</u>	<u>(783.604)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		<u>125.131</u>	<u>125.258</u>	<u>122.382</u>	<u>125.677</u>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	48.113	48.355	53.492	52.875
Despesas financeiras	24	(170.626)	(166.171)	(175.385)	(168.860)
Ajuste a valor presente - aquisição de controladas	24	(5.182)	(8.129)	(5.182)	(8.129)
		<u>(127.695)</u>	<u>(125.945)</u>	<u>(127.075)</u>	<u>(124.114)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(2.564)</u>	<u>(687)</u>	<u>(4.693)</u>	<u>1.563</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(2.843)	-	(2.846)	(5.294)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	9.769	(1.848)	11.901	1.196
		<u>6.926</u>	<u>(1.848)</u>	<u>9.055</u>	<u>(4.098)</u>
Lucro líquido do período		<u>4.362</u>	<u>(2.535)</u>	<u>4.362</u>	<u>(2.535)</u>
Lucro por ação					
Lucro por ação - básico (em Reais)	20.d	0,0455	(0,0285)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORTBRAS AUTOPECAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
PARA OS PERÍODOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	4.362	(2.535)	4.362	(2.535)
Total dos resultados abrangentes	<u>4.362</u>	<u>(2.535)</u>	<u>4.362</u>	<u>(2.535)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

FORTBRAS AUTOPECAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora e Consolidado								
	Nota	Capital social	Reserva de capital	incentivos fiscais	Reservas de Lucros			Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
					Reserva legal	Retenção de lucros	incentivos fiscais		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		90.318	600.271	-	7.999	50.514	4.565	-	753.667
Plano de opções de ações		-	2.477	-	-	-	-	-	2.477
Cancelamento distribuição de dividendos a pagar		-	-	-	-	4.530	-	-	4.530
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	(2.535)	(2.535)
Destinação para Reservas		-	-	-	-	(2.535)	-	2.535	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		90.318	602.748	-	7.999	52.509	4.565	-	758.139
Plano de opções de ações	20.e	-	1.445	-	-	-	-	-	1.445
Aumento de Capital	20.f	18.720	168.480	-	-	-	-	-	187.200
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	4.362	4.362
Destinação para Reservas		-	-	-	-	-	4.362	(4.362)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		109.038	772.673	-	7.999	52.509	8.927	-	951.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORTBRAS AUTOPECAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro(prejuízo) do exercício		4.362	(2.535)	4.362	(2.535)
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa líquido gerado nas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	22	84.634	85.297	90.705	92.979
Resultado de equivalência patrimonial	9	631	(6.176)	-	-
Provisão para estoques obsoletos	7	(590)	1.168	(578)	1.327
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	10.378	8.678	13.350	11.670
Provisão de PLR		3.361	-	3.797	-
Provisão para risco	18	2.836	(211)	2.847	(61)
Despesa com opções de ações		1.445	2.477	1.445	2.477
Baixa de ativo imobilizado/direito de uso e intangível		875	2.557	2.583	5.911
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferidos	19	(6.926)	1.848	(9.055)	4.098
Ajuste a valor presente e juros - aquisição de controladas	15	5.182	8.129	5.182	8.129
Ajuste a valor presente - Empréstimos	17	3.269	(1.676)	3.269	(1.676)
Despesas financeiras sobre empréstimos, arrendamentos e outras		74.075	127.396	74.595	128.027
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(46.528)	(5.188)	(66.635)	10.591
Estoques		(21.127)	(43.721)	13.129	(82.258)
Impostos a recuperar		(25.672)	(36.862)	(33.682)	(38.477)
Outros ativos e passivos		(10.932)	1.156	(14.302)	(13.190)
Fornecedores		3.252	(39.032)	(26.780)	(6.902)
Impostos e contribuições a recolher		8.716	(165)	16.559	4.811
Partes relacionadas	14	1.000	(14.761)	-	-
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais e provisão de risco		(1.666)	2.846	(1.457)	3.388
Caixa gerado pelas atividades operacionais		90.575	91.225	79.334	128.309
Imposto de renda e contribuição sociais pagos		(532)	-	(1.421)	(3.167)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		(81.911)	(38.794)	(81.911)	(38.821)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		8.132	52.431	(3.998)	86.321
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Aquisição de bens do ativo imobilizado		(21.365)	(31.470)	(23.943)	(33.332)
Aquisição de ativo intangível		(29.370)	(21.153)	(30.832)	(21.965)
Caixa recebido através de incorporação de controladas		-	7.011	-	-
Amortizações - contas a pagar aquisição de controlada	15	(54.718)	(45.547)	(54.718)	(45.547)
Aumento de capital em controladas	9	(1.200)	(1.000)	-	-
Aumento de capital		18.720	-	18.720	-
Aumento de reserva de capital	20.f	168.480	-	168.480	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento		80.547	(92.159)	77.707	(100.844)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Captação de debêntures, líquida de custos de estruturação		88.500	650.000	88.500	650.000
Captação de empréstimos		111.743	30.497	111.743	31.108
Pagamentos de empréstimos e debêntures		(220.902)	(982.501)	(220.902)	(983.112)
Pagamentos - operações de arrendamento mercantil	16	(39.249)	(29.042)	(44.266)	(34.922)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(59.908)	(331.046)	(64.925)	(336.926)
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		28.771	(370.774)	8.784	(351.449)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	179.567	550.341	219.721	571.170
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	208.338	179.567	228.505	219.721
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		28.771	(370.774)	8.784	(351.449)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORTBRAS AUTOPECAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO  
PARA OS PERÍODOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita				
Venda de mercadoria, produtos e serviços	2.375.544	2.411.717	3.004.806	3.120.753
Outras receitas operacionais	14.005	(16.609)	19.401	(15.809)
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	(10.328)	(8.675)	(13.300)	(11.551)
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.562.058)	(1.580.124)	(2.032.773)	(2.095.292)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(106.385)	(113.218)	(190.314)	(214.082)
Valor adicionado bruto	710.778	693.091	787.820	784.019
Depreciação e amortização	(84.634)	(85.297)	(90.705)	(92.979)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	626.144	607.794	697.115	691.040
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(631)	6.176	-	-
Receitas financeiras	48.113	48.355	53.491	52.875
Valor adicionado total a distribuir	673.626	662.325	750.606	743.915
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e Encargos:				
Remuneração direta	243.787	255.726	274.370	285.559
Benefícios	39.406	41.728	43.630	44.922
FGTS	19.646	21.466	22.083	24.047
	302.839	318.920	340.083	354.528
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	74.728	78.487	78.480	93.669
Estaduais	74.546	63.869	100.807	86.080
Municipais	3.336	2.441	3.279	2.437
	152.610	144.797	182.565	182.187
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	146.729	153.263	149.798	154.985
Aluguéis	39.249	29.042	44.266	34.922
Ajuste a valor presente	27.837	18.838	29.532	19.828
	213.815	201.143	223.596	209.735
Remuneração de capitais próprios:				
Lucros retidos	4.362	(2.535)	4.362	(2.535)
	4.362	(2.535)	4.362	(2.535)
Valor adicionado distribuído	673.626	662.325	750.606	743.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fortbras Autopeças S.A. (“Companhia” ou “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Av. das Nações Unidas, 12.995 - Bloco 2 - 18º Piso - Cidade Monções, São Paulo - SP. O seu acionista controlador é o Stuttgart Investimentos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, localizado no Brasil, o qual, por sua vez é administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda., também localizada no Brasil.

A Companhia e suas controladas (o “Grupo”) têm como atividades principais o comércio, em varejo, e-commerce e atacado, bem como importação de peças e acessórios para veículos automotores.

A Companhia tem expandido suas operações por meio de aquisições realizadas nos últimos anos, e vem racionalizando sua estrutura societária com a incorporação de suas controladas, conforme detalhes e saldos demonstrados na nota explicativa nº 9:

- Em 2025, a Companhia ampliou seu crescimento orgânico inaugurando 8 unidades, e atualmente conta com 254 lojas distribuídas pelo Brasil.
- Em 2024, a Companhia incorporou a controlada Rondobras Auto Peças Ltda. - Roraima, pelo acervo líquido contábil no montante de R\$32.489. Também ampliou seu crescimento orgânico inaugurando 8 unidades.

A análise da evolução da posição financeira e resultados das operações deve levar em conta essas operações.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As informações sobre políticas contábeis materiais da Companhia são demonstradas a seguir. Destaque-se que a Companhia divulga voluntariamente as informações demonstradas abaixo, incluindo os respectivos valores comparativos:

- Demonstração do valor adicionado (vide nota explicativa nº 2.16).
- Segmentos operacionais (vide notas explicativas nº 2.17 e nº 23).

##### 2.1. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, é o real - R\$. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

##### 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

As demonstrações dos resultados dos exercícios, individuais e consolidadas, possuem desagregações de despesas que estão sendo apresentadas por conta de sua relevância na compreensão do desempenho da Companhia por parte dos usuários destas informações.

#### Continuidade operacional

A Administração da Companhia tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, adota-se a base contábil de continuidade operacional na elaboração destas demonstrações financeiras.

### 2.3. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas até 31 dezembro de cada exercício. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.

- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia possui participação integral de todas as suas controladas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do Grupo são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

#### 2.4. Combinações de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - “Combinação de Negócios”. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia na data de aquisição, dos passivos incorridos pela Companhia com relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da entidade adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por, se aplicável:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios aos empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 e IAS 19, respectivamente (equivalentes aos CPC 32 - Impostos sobre a Renda e CPC 33 (R1) - Benefícios aos empregados).
- Passivos ou instrumentos patrimoniais relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações da Companhia celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 (CPC 10 (R1)) - Pagamentos Baseados em Ações - na data de aquisição (vide a seguir).
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 (CPC 31 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas) são mensurados conforme essa norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a reavaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa.

Quando a contraprestação transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, a contraprestação contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contraprestação transferida em uma combinação de negócios. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (vide acima) ou os ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

As transações de aquisições de negócios são demonstradas na nota explicativa nº 9.

## 2.5. Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido e mensurado conforme descrito acima.

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado para cada unidade geradora de caixa (“UGC”) que irá se beneficiar das sinergias das combinações de negócios.

As unidades geradoras de caixa aos quais o ágio foi alocado são submetidas no mínimo anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável de determinada UGC identificada no contexto das combinações de negócios for menor que o seu valor contábil (“carrying amount”), a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa e, posteriormente, aos outros ativos da Companhia, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. Se aplicável, eventuais perdas por redução ao valor recuperável do ágio serão reconhecidas no resultado do exercício.

A estrutura de reporte do “goodwill” da Companhia utiliza a alocação do “goodwill” tomando por base as UGCs - Unidades Geradoras de Caixa “varejo”, “e-commerce”, e “atacado”, conforme detalhado na nota explicativa nº 11 Intangível.

## 2.6. Reconhecimento de receita

### Venda de mercadorias

A Companhia comercializa peças e acessórios para veículos automotores, no varejo, e no atacado, por meio de seus próprios pontos de venda, centros de distribuição, via telefone, aplicativos de vendas e “e-commerce”. A receita é reconhecida quando o controle das mercadorias é transferido, isto é, quando o cliente adquire as mercadorias no ponto de venda, ou quando a mercadoria é enviada ao cliente. O pagamento do preço da transação é devido imediatamente no momento em que o cliente adquire as mercadorias e os riscos e benefícios são transferidos.

As garantias dadas aos consumidores correspondem àquelas determinadas pela legislação aplicável no Brasil, sendo que em caso de devolução por defeitos de fabricação, a Companhia possui o direito de obter a substituição e garantia pelos seus fornecedores.

### Serviços de instalação

A Companhia fornece serviços de instalação de diversos produtos por ela comercializados. O pagamento pelos serviços de instalação é devido pelo cliente quando os serviços de instalação são concluídos. A receita é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço prestado, que geralmente ocorre no mesmo dia de sua contratação.

## 2.7. Arrendamento

A Administração da Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, sem considerar a inflação futura projetada, descontados à taxa de juros aplicável, na data, a financiamentos da Companhia. Esta taxa incremental de captação representa o custo de financiamentos de bens com características semelhantes e prazos semelhantes àqueles relacionadas às operações de arrendamento mercantil. De acordo com contratos de arrendamento, os fluxos de pagamentos futuros são indexados por índices inflacionários, entretanto, para fins contábeis de apuração do passivo de arrendamento a Companhia não considera a inflação futura projetada.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos), deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber, e pagamentos variáveis que dependem de um índice ou uma taxa.

O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial e é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do ciclo de negócios e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice de reajuste, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial, sendo depreciados durante o período de arrendamento, e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor, sendo que as taxas de depreciação são informadas na nota explicativa nº 10.

A Companhia aplica a IAS 36 (CPC 01 (R1)) para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas conforme descrito na política relacionada ao “Imobilizado”.

## 2.8. Tributos sobre o lucro

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

### Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base na alíquota combinada de 25% para IRPJ (“Imposto de Renda Pessoas Jurídicas”), incluindo adicional de 10% sobre base tributável superior a R\$240 mil no ano); e 9% para CSLL (“Contribuição Social sobre o Lucro Líquido”) conforme a legislação tributária vigente no Brasil.

### Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças temporárias entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo.

Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis, conforme citado acima. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados (apresentados pelo valor líquido) quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável.

### Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

#### 2.9. Imobilizado

O imobilizado é mensurado ao custo de aquisição ou ao seu valor recuperável, se aplicável. A depreciação é reconhecida de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, sendo que as taxas de depreciação são informadas na nota explicativa nº 10.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do período de relatório e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado.

#### 2.10. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, sendo que as taxas de amortização são demonstradas na nota explicativa nº 11.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável.

## 2.11. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos necessários para efetuar a comercialização, venda e distribuição dos estoques. Os custos são compostos pelos custos de aquisição da mercadoria a ser revendida, impostos não recuperáveis, crédito de impostos sobre compras, bem como custos gerais incorridos, tais como fretes e armazenagem para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio e alocados ao resultado.

### 2.11.1 Base da estimativa de perdas esperadas com estoques de “giro lento”

A base estatística das perdas é resultado da evolução, considerando um período de 3 (três) anos, das curvas de vendas sucessivas dos saldos de estoques, segregada por “safras”. A base é construída a partir da análise estatística anual consecutiva da idade do estoque (“última venda de cada item do estoque”). Neste caso entende-se como última venda, a venda do item independente da distribuição e localidade do estoque, a análise da venda por item é consolidada na companhia.

Cada “safra” equivale ao total dos estoques no respectivo período, que houve alguma venda do item, porém em período superior a 1 (um) ano da data base do estoque, e assim sucessivamente, construindo uma matriz de probabilidade de não venda com base no histórico das vendas por item.

Essa sistemática é aplicada utilizando a base histórica das movimentações de vendas considerando o saldo de estoques dos últimos 3 anos consecutivos, quando se pode presumir que saldos de estoques subsequentes serão de montante desprezível.

Ao final desse período, a perda decorrente do giro lento de estoques em cada safra será o resultado da multiplicação dos percentuais de rolagem do estoque safra a safra até a safra cujo período seja inferior à idade média da frota de veículos em circulação. Dado a característica do negócio, e por se tratar de itens do estoque não perecíveis em função da idade média da frota de veículos em circulação no país, estamos aplicando o percentual de 100% para as safras cujos itens foram vendidos em período superior à idade média da frota circulante de veículos. Os dados relativos à idade média da frota de veículos em circulação serão obtidos através de informações divulgadas pelos órgãos de classe do setor.

## 2.12. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber e contas a pagar que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### 2.12.1 Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado.

#### 2.12.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Contas a receber de clientes representa o principal ativo financeiro da Companhia, para as quais a Companhia reconhece perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa sobre os valores em aberto, por meio de matriz de probabilidade de inadimplência com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustada por fatores conjunturais eventualmente capturados pela Administração da Companhia no decorrer de cada exercício social. No julgamento da Administração, o risco de crédito do grupo de contas a receber de clientes é baixo, uma vez que:

- (a) A Administração da Companhia implementou atividades de controles internos que asseguram análise e aprovação de crédito para vendas a prazo. Os devedores apresentam, em geral, capacidade suficiente de cumprir suas obrigações no curto prazo.

Como regra geral, as perdas em recebíveis de clientes refletem, ao longo do tempo, as políticas de crédito e cobrança da Companhia, assim como ações específicas de gestão de inadimplência, inclusive renegociações de prazos e condições. Essa correlação permite e justifica a adoção de uma base estatística de perdas reais do passado recente para estimar as perdas esperadas na base atual de contas a receber por meio de matriz de estimativa baseada na experiência de inadimplência passada (histórico de perdas) buscando estabelecer a melhor estimativa contábil da perda de crédito estimada ao longo do tempo, as referidas práticas estão mencionadas a seguir:

- As bases estatísticas da estimativa de perdas são resultado da evolução, durante 13 meses, das cobranças mensais sucessivas das contas a receber de clientes, segregada por “Fases”, sendo que cada “Fase” mensal equivale ao total das contas a receber naquele mês, com vencimento no mês seguinte. A base é construída a partir da análise mensal consecutiva de idade das contas a receber (“aging list”).
- Essa sistemática é aplicada durante 13 meses consecutivos, quando se pode presumir que cobranças subsequentes serão de montante desprezível. Ao final desse período, a perda de crédito em cada fase será o resultado da multiplicação dos 13 percentuais de rolagem.
- O cálculo do saldo a provisionar é a multiplicação do coeficiente de perda (média móvel últimos 6 meses) sobre a carteira de recebíveis em aberto até 360 dias, somado aos recebíveis vencidos à mais de 360 dias.

#### 2.12.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro. São exceções, entre outros, os passivos com valor de liquidação flutuante, derivativos e a contraprestação contingente em uma aquisição de negócios, que devem ser mensurados ao valor justo, com as alterações reconhecidas no resultado.

#### 2.12.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratou em de 2023, instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco de câmbio, por meio de um swap cambial. Maiores informações sobre instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas na nota 17.1.

Derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. O ganho ou a perda resultante é reconhecido no resultado imediatamente a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de hedge, em cujo caso a data de reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de hedge.

O derivativo de valor justo, tanto positivo, como negativo, é apresentado em uma posição líquida com o passivo financeiro ao qual está associado. Derivativos não são baixados nas demonstrações financeiras a menos que a Companhia tenha o direito legal e a intenção de baixá-los. Conforme nota 17, o derivativo é apresentado como passivo circulante e/ou não circulante no grupo de empréstimos e financiamentos no balanço patrimonial, a depender do vencimento remanescente do instrumento.

#### 2.13 Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

#### 2.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As principais provisões da Companhia são relativas as contingências tributárias, cíveis e trabalhistas.

#### 2.15 Plano de Opção de Compra de Ações - "Stock Options"

A Companhia mensura o custo de transações baseadas em ações com funcionários (planos de "stock options") baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação de determinadas variáveis como a vida esperada da opção, volatilidade da ação, rendimento de dividendos, dentre outras.

Os detalhes a respeito da determinação do valor justo das "stock options" e os efeitos subsequentes nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 20e.

## 2.16 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada como informação suplementar às suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”.

Em sua primeira parte a DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de produtos para revenda, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros.

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## 2.17 Informações por Segmento

Em conformidade com o CPC 22(IFRS 8), a gestão da Companhia analisa seus resultados operacionais levando em conta a complexidade trazida pelo porte e diversidade de seus negócios, exigindo estratégias diferenciadas de alcance do mercado potencial que se deseja atingir. O processo de tomada de decisão é orientado com foco na gestão desses segmentos, assim como à alocação de investimentos e recursos. Nossas marcas e bandeiras são conhecidas, nossa amplitude geográfica é extensa e nossa linha de produtos é diversificada, sempre requerendo atenção gerencial, mas não são fatores que aconselhem foco estratégico diferenciado.

As tendências atuais da demanda de nossos produtos, a natureza diversificada de nossos clientes e a expansão generalizada do comércio eletrônico determinam nosso foco em estratégias diferenciadas em 3 segmentos de negócios: varejo, e-commerce e atacado. A Administração, na figura do Comitê de Gestão Executiva (o principal gestor das operações da entidade), monitora separadamente os resultados operacionais de cada segmento operacional para tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

As informações por segmentos são demonstradas na nota explicativa nº 23.

## 2.18 Ajuste a valor presente (“AVP”)

No reconhecimento inicial e mensuração de determinados passivos a Companhia aplica o conceito de AVP conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 - “Ajuste a Valor Presente”. A principal rubrica impactada por esse conceito refere-se às contas a pagar por aquisição de controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº15.

## 2.19 Subvenções governamentais

As subvenções para investimento são decorrentes da redução da base de cálculo do ICMS das vendas dentro do Estado e redução do ICMS gerado nas vendas interestaduais. Tais subvenções são apuradas mensalmente e registradas a crédito da rubrica dedução de impostos sobre vendas (ICMS), refletidas, portanto, na rubrica de receita operacional líquida.

## 2.20 Lucro por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o exercício, sendo a média ponderada utilizada no cálculo do resultado por ação.

O lucro diluído por ações da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, considera o incremento diluidor nas ações ordinárias em função dos planos de opções de ações.

### 3. ADOÇÃO DAS IFRSs NOVAS E REVISADAS

#### 3.1. Alterações e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Durante o exercício de 2025, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e International Accounting Standards Board (IASB) as revisões das normas e novas normas, conforme listado abaixo, em vigor no exercício de 2025. A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Pronunciamento	Descrição
CPC 02 (R2) Efeito das mudanças nas taxas de câmbio / IAS 21	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio à vista quando da falta de conversibilidade.
OCPC 10 - Créditos de Carbono	Estabelece normas específicas para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização.

#### 3.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes

Adicionalmente, o CPC e o IASB emitiram novos pronunciamentos e revisões de pronunciamentos existentes, os quais entra obrigatoriamente em vigor para exercícios contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2026. As principais alterações são:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações ao CPC 40 (R1)/ IFRS7 e CPC 48 / IFRS9	Melhora no critérios de reconhecimento, desconhecimento e divulgação nos Instrumentos Financeiros.	01/01/2026
Alterações ao CPC 40 (R1)/ IFRS7 e CPC 48 / IFRS9	Contratos que referenciem a eletricidade dependente da natureza	01/01/2026
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis.	Substitui o IAS 1 (CPC 26 (R1)) e traz mudanças em relação a apresentação de categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração.	01/01/2027
Adoção ao IFRS 18	Apresentação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027
Adoção ao IFRS 19	Divulgação de Subsidiárias sem responsabilidade pública.	01/01/2027

A administração da Companhia monitora e avalia os impactos das normas listadas acima, afim de refletir adequadamente em suas demonstrações financeiras em exercícios futuros.

### 4. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou no exercício da revisão e em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

#### 4.1 Principais fontes de incerteza nas estimativas

A administração da Companhia, durante o processo de aplicação das políticas contábeis, estabelece estimativas que afetam as demonstrações financeiras.

Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (ágio), teste de recuperabilidade de ativos não financeiros, valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, perdas estimadas para itens de giro lento de estoques, e provisão para contingências.

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	1.809	1.780	1.470	1.760
Bancos contas corrente	2.927	3.792	3.016	4.392
Aplicações financeiras	<u>203.602</u>	<u>173.995</u>	<u>224.019</u>	<u>213.569</u>
	<u>208.338</u>	<u>179.567</u>	<u>228.505</u>	<u>219.721</u>

As aplicações financeiras são estruturadas em títulos de Renda Fixa, com remuneração entre 100% e 101,5% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) nos exercícios de 2025 e 2024. Saldos finais em contas correntes são aplicados em contratos bancários automáticos ainda em CDB (Certificados de Depósitos Bancários) com conversibilidade imediata de caixa e insignificante risco de mudança de valor. (A exposição da Companhia e suas controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na nota explicativa nº 25.b).

### 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Clientes (a)	328.471	281.943	432.080	365.445
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD	<u>(51.920)</u>	<u>(41.542)</u>	<u>(62.069)</u>	<u>(48.719)</u>
	<u>276.551</u>	<u>240.401</u>	<u>370.011</u>	<u>316.726</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2025 o montante de contas a receber com partes relacionadas na controladora é de R\$1.555, e em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$741.

A maioria dos clientes são consumidores finais, frotas de empresas de transporte, instaladores e oficinas mecânicas. O prazo médio de recebimento de clientes é de 55 dias em 31 de dezembro de 2025 e 52 dias em dezembro de 2024, calculado com base na média do contas a receber. As contas a receber apresentam a seguinte composição por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	243.215	207.248	325.319	272.136
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	15.438	18.635	22.430	26.231
De 31 a 60 dias	3.138	3.056	4.683	4.210
De 61 a 90 dias	2.354	2.496	3.039	3.207
De 91 a 180 dias	4.792	5.127	6.452	6.333
De 181 a 360 dias	7.755	6.898	10.246	9.337
Acima de 360 dias	51.779	38.483	59.911	43.991
	<u>328.471</u>	<u>281.943</u>	<u>432.080</u>	<u>365.445</u>

Historicamente este instrumento financeiro apresenta risco baixo de inadimplência, sendo que os valores com estimativa de perdas até 360 dias representam, em 31 de dezembro de 2025: 0,89% no Varejo e 0,77% no Atacado (0,79% e 0,60%, respectivamente, em 31 de dezembro 2024). A Companhia entende que não há risco de crédito no e-commerce haja vista toda a venda ser feita no cartão de crédito, débito ou com pagamento antecipado.

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(41.542)	(32.850)	(48.719)	(37.168)
Adição de perda estimada	(10.380)	(8.678)	(15.648)	(11.670)
Adição por incorporação de controlada (nota nº 9)	-	(16)	-	-
Baixa por perda efetiva	2	2	2.298	119
Saldo no final do exercício	<u>(51.920)</u>	<u>(41.542)</u>	<u>(62.069)</u>	<u>(48.719)</u>

## 7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercadorias para revenda	714.372	693.245	852.777	865.906
Estimativa para perda de estoques obsoletos	(4.514)	(5.104)	(4.993)	(5.571)
	<u>709.858</u>	<u>688.141</u>	<u>847.784</u>	<u>860.335</u>

A movimentação da estimativa para perda de estoques obsoletos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(5.104)	(3.541)	(5.571)	(4.244)
Adição e reversão de estimativa	590	(1.168)	578	(1.327)
Adição por incorporação de controladas (nota nº 9)	-	(395)	-	-
Saldo no final do exercício	<u>(4.514)</u>	<u>(5.104)</u>	<u>(4.993)</u>	<u>(5.571)</u>

## 8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS	7.309	4.355	7.309	4.355
ICMS-ST	9.249	11.619	9.380	11.619
Imposto de renda e contribuição social(i)	3.800	4.265	4.630	7.763
Imposto de renda retido na fonte	3.939	5.619	4.103	5.630
PIS/COFINS (ii)	67.075	45.008	72.126	46.035
INSS (iii)	17.335	16.316	17.335	16.316
Outros tributos a recuperar	6.581	5.395	7.020	6.757
<b>Total</b>	<b>115.288</b>	<b>92.577</b>	<b>121.903</b>	<b>98.475</b>
Circulante	30.932	31.340	33.999	37.128
Não circulante	84.356	61.237	87.904	61.347

- I. IRPJ/CSLL: Contempla valores de saldos negativos a compensar da Controladora e controladas.
- II. PIS/COFINS: Contempla os valores escriturais a recuperar decorrentes das apurações mensais, além de valores oriundos de decisões judiciais, com destaque para o entendimento de que o ICMS-ST não compõe a base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS devidas pelo contribuinte substituído no regime de substituição tributária progressiva.
- III. INSS: Contempla valores oriundos de decisão judicial que reconheceu o direito de a Controladora observar o valor-limite de 20 (vinte) salários-mínimos vigentes no País para fins de apuração da base de cálculo (folha de salários) e recolhimento das contribuições devidas a terceiros/outras entidades.

## 9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Os valores relacionados aos investimentos em controladas são conforme segue:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio Líquido	216.434	215.863
Mais-Valia	11.244	16.559
Ágio União	137.492	137.492
	<b>365.170</b>	<b>369.914</b>

O quadro abaixo apresenta um sumário das participações societárias nas empresas controladas pela Companhia ("Controladora"):

	Participação		Patrimônio Líquido	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ambra Logística Ltda.	100,00%	100,00%	6.041	5.254
Atacado União Ltda.	100,00%	100,00%	215.962	208.236
Hipervarejo Ltda.	100,00%	100,00%	(7.865)	110
União Peças Itaperuna Ltda.	100,00%	100,00%	2.296	2.263
			<b>216.434</b>	<b>215.863</b>

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas a seguir:

Em 31 de dezembro de 2025 (controladas)

	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro Líquido
Ambra Logística Ltda.	1.693	5.411	356	707	6.041	-	(413)
Atacado União Ltda.	354.110	36.792	145.180	29.760	215.962	817.786	7.725
Hipervarejo Ltda.	33.758	5.458	41.097	5.984	(7.865)	134.544	(7.975)
União Peças Itaperuna Ltda	3.351	830	1.359	526	2.296	4.377	32
<b>Total</b>	<b>392.912</b>	<b>48.491</b>	<b>187.992</b>	<b>36.977</b>	<b>216.434</b>	<b>956.707</b>	<b>(631)</b>

Em 31 de dezembro de 2024 (controladas)

	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro Líquido
Ambra Logística Ltda.	977	5.511	208	1.026	5.254	-	(427)
Atacado União Ltda.	358.073	17.779	163.190	4.426	208.236	852.915	12.475
Hipervarejo Ltda..	36.860	1.819	35.772	2.797	110	225.090	(6.679)
União Peças Itaperuna Ltda	2.918	897	933	619	2.263	4.092	(83)
Auto Peças Rondobras Ltda. - Roraima	-	-	-	-	-	18.576	890
<b>Total</b>	<b>398.828</b>	<b>26.006</b>	<b>200.103</b>	<b>8.868</b>	<b>215.863</b>	<b>1.100.673</b>	<b>6.176</b>

A movimentação dos investimentos em controladas como segue:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	369.914	406.894
Amortização sobre mais valia	(5.313)	(9.774)
Equivalência patrimonial	(631)	6.176
Aumento de capital em controlada	1.200	1.000
Acervo líquido incorporado de controladas (1)	-	(32.489)
Reclassificação para o ativo intangível - incorporação	-	(1.893)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>365.170</b>	<b>369.914</b>

(1) Em 2024: incorporação de controlada Rondobras Auto Peças Ltda.- Roraima. Em 2023: incorporação de controladas Rondobras do Amazonas Distribuidora de Autopeças Ltda., e Jaicar Autopeças Ltda.

Incorporações:

A Companhia incorporou, em 1º de julho de 2024, a sua controlada Rondobras Auto Peças Ltda. - Roraima. O acervo líquido, a valor contábil, foi incorporado conforme laudos preparados por especialistas, totalizando R\$32.489, sumariado no quadro a seguir:

Ativos	R\$ mil	Passivos	R\$ mil
Caixa e equivalentes de caixa	7.011	Fornecedores e outras contas a pagar	(2.750)
Contas a receber de clientes (a)	2.376	Impostos e contribuições a recolher	(160)
Estoques (b)	23.289	Imposto de renda e contribuição social a recolher	(461)
Adiantamento a fornecedores e outros créditos	161	Salários a pagar e encargos sociais	(792)
Impostos a recuperar	2.173	Adiantamento de clientes e outros passivos	(31)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	234	Arrendamento mercantil	(1.070)
Imobilizado	1.784	Empréstimos e financiamentos	(687)
Direito de uso de imóveis	1.256	Contas a pagar por aquisição de controladas	81
Intangível	75		
		<b>Acervo líquido incorporado</b>	<b>32.489</b>

(a) Valor líquido de contas a receber, considerando o montante de R\$16 de estimativa para créditos de liquidação duvidosa.

(b) Valor líquido de estoque, considerando o montante de R\$395 de estimativa para perda de estoques obsoletos.

## 10. IMOBILIZADO E DIREITO DE USO

	Taxa anual depreciação	Controladora			
		Custo	31/12/2025		31/12/2024
			Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Móveis e utensílios	4 - 10%	22.155	(10.625)	11.530	10.176
Máquinas e equipamentos	10%	15.171	(8.730)	6.441	5.382
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 - 20%	73.376	(48.045)	25.331	28.157
Instalações	4 - 10%	37.860	(15.335)	22.525	24.645
Veículos	20%	14.852	(14.429)	423	857
Equipamentos de informática	12,5 - 20%	46.807	(32.058)	14.749	15.105
Direito de uso de imóveis/máquinas	10 - 20%	232.876	(86.252)	146.624	101.052
Imobilizado em andamento	-	17.081	-	17.081	4.037
<b>Total</b>		<b>460.178</b>	<b>(215.474)</b>	<b>244.704</b>	<b>189.411</b>

  

	Taxa anual depreciação	Consolidado			
		Custo	31/12/2025		31/12/2024
			Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Móveis e utensílios	4 - 10%	24.638	(11.664)	12.974	11.413
Máquinas e equipamentos	10%	17.772	(10.012)	7.760	7.513
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 - 20%	78.348	(51.963)	26.385	29.562
Instalações	4 - 10%	48.211	(19.562)	28.649	30.982
Veículos	20%	14.868	(14.445)	423	857
Equipamentos de informática	12,5 - 20%	50.146	(34.434)	15.712	15.884
Direito de uso de imóveis/máquinas	10 - 20%	260.429	(89.081)	171.348	108.077
Obras em andamento	-	18.038	-	18.038	4.174
<b>Total</b>		<b>512.450</b>	<b>(231.161)</b>	<b>281.289</b>	<b>208.462</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024 a Companhia não identificou indicadores de perda por valor recuperável dos ativos imobilizados, sejam internos ou externos e, conseqüentemente, não houve necessidade de reconhecimento de perda por valor de recuperação (“impairment”).

A movimentação do saldo do imobilizado e do direito de uso em operações de arrendamento mercantil é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	189.411	181.388	208.462	208.341
Adições	21.365	31.470	23.943	33.332
Baixas	(712)	(3.780)	(2.420)	(5.146)
Saldo advindo de incorporações	-	1.784	-	-
Efeitos do arrendamento mercantil - Incorporações				
(nota explicativa nº 9)	-	1.256	-	-
Adição de contratos de arrendamento	97.853	33.992	121.239	36.273
Baixa de contratos de arrendamento	(6.515)	(1.762)	(7.217)	(1.762)
Depreciação e Amortização	(56.698)	(54.937)	(62.718)	(62.576)
<b>Saldo final</b>	<b>244.704</b>	<b>189.411</b>	<b>281.289</b>	<b>208.462</b>

## 11. INTANGÍVEL

	Taxa anual amortização	Controladora			
		31/12/2025		31/12/2024	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Mais valia adquiridas	17%	5.908	(5.691)	217	826
Não concorrência	20%	18.836	(18.836)	-	-
Carteira de clientes	13%	90.689	(87.050)	3.639	7.579
Marca	15%	65.367	(46.644)	18.723	27.501
Ágio incorporadas	-	186.427	-	186.427	186.427
Software	10-20%	127.747	(31.357)	96.390	76.479
<b>Total</b>		<b>494.974</b>	<b>(189.578)</b>	<b>305.396</b>	<b>298.812</b>

  

	Taxa anual amortização	Consolidado			
		31/12/2025		31/12/2024	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ágio adquiridas	-	323.919	-	323.919	323.919
Mais valia adquiridas	17%	5.908	(5.691)	217	826
Não concorrência	20%	18.836	(18.836)	-	-
Carteira de clientes	13%	130.925	(116.040)	14.885	20.571
Marca	15%	116.292	(97.568)	18.724	31.067
Software	10-20%	129.771	(31.662)	98.109	76.789
<b>Total</b>		<b>725.651</b>	<b>(269.797)</b>	<b>455.854</b>	<b>453.172</b>

A movimentação do intangível é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	298.812	296.816	453.172	462.375
Adições	29.370	21.153	30.832	21.965
Amortizações	(22.623)	(20.586)	(27.987)	(30.403)
Baixas	(163)	(539)	(163)	(765)
Incorporações	-	75	-	-
Ativo intangível referente Incorporação (nota n° 9)	-	1.893	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>305.396</b>	<b>298.812</b>	<b>455.854</b>	<b>453.172</b>

#### Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a Companhia não identificou indicadores, sejam internos ou externos, de perda por valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida e, conseqüentemente, não houve necessidade de reconhecimento de perda por valor de recuperação.

Para fins de teste de recuperabilidade, em 31 de dezembro de 2025, o ágio, foi alocado às unidades geradoras de caixa (“UGCs”) nos respectivos segmentos da Companhia, citados abaixo.

As tendências atuais da demanda de nossos produtos, a natureza diversificada de nossos clientes e a expansão do comércio eletrônico nos levam a focar as estratégias em 3 unidades geradoras de caixa / segmentos de negócio: varejo, e-commerce e atacado. A Companhia acompanha e verifica a existência de perdas (“Impairment”) com base nessas 3 unidades geradoras de caixa.

O quadro abaixo resume o valor contábil das UGCs nas quais os ágios das aquisições foram alocados para fins de teste de recuperação, incluindo os seguintes ativos que compõem os seus saldos contábeis: ativo imobilizado, direito de uso e ativo intangível (consolidado).

UGC	31/12/2025	31/12/2024
Varejo	634.962	591.074
E-commerce	7.777	7.351
Atacado	94.404	75.719
	<u>737.143</u>	<u>674.144</u>

O valor recuperável de cada UGC é determinado com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções do fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração. A taxa de desconto utilizada nas projeções de fluxo de caixa foi de 15,45% a.a. no primeiro ano, 14,73% a.a. no segundo ano, 14,33% a.a. do ano terceiro ao quinto ano, equivalente ao custo médio ponderado de capital (“WACC”) determinado para cada ano.

As principais premissas utilizadas pela Companhia são conforme segue:

- Crescimento real receitas de 5,0% a.a. nos primeiros 5 anos, e 2,5% a.a. na perpetuidade.
- Inflação estimada com base nas projeções do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) - Base 02/01/2026 (Fonte: Boletim Focus).
- Custo das vendas projetado para uniformização da margem bruta em níveis constantes.
- Despesas fixas, crescentes a taxa equivalente a 50% dos acréscimos reais de receita nos primeiros 5 anos (IPCA +2,5%).

“Market share” durante o período de projeção

Ao utilizar os dados de cada unidade geradora de caixa para taxas de crescimento, essas premissas são importantes, uma vez que a Administração avalia como a posição da unidade, relacionada com seus concorrentes, poderia mudar ao longo do período de estimativa. A Administração espera que a participação da Companhia no mercado de revenda de autopeças aumente ao longo do período de estimativa, tanto para varejo quanto para e-commerce e atacado.

Não se espera que o efeito da entrada de novos concorrentes no mercado gere impacto adverso nas previsões contempladas no orçamento, uma vez que mesmo que o crescimento real nas receitas seja nulo, não há evidências de possível perda por redução ao valor recuperável das UGCs “Varejo”, “E-commerce” e “Atacado”.

## 12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores (a)	268.170	262.673	335.439	354.656
Fornecedores - Convênio (b)	5.353	7.598	7.643	15.206
Total	<u>273.523</u>	<u>270.271</u>	<u>343.082</u>	<u>369.862</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2025 o montante de contas a pagar com partes relacionadas na controladora é de R\$105.409, e em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$76.377, originados de operações de compra e venda entre a controladora e suas subsidiárias integrais.

- (b) Refere-se a saldo a pagar junto a fornecedores pela compra de mercadorias a prazo, os quais foram intermediados pela Companhia com instituições financeiras parceiras. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes saldos foram incluídos em programa de antecipação de recursos aos terceiros, sendo de exclusividade o direito e a critério do fornecedor realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia e suas controladas. Caso o fornecedor opte por realizar a antecipação de seus recebíveis, qualquer encargo financeiro existente é de responsabilidade do fornecedor sem qualquer ônus ou impacto para Companhia. Além disso, a Administração também considerou a orientação do Ofício CVM/SMC/SEP nº 01/21, observando os aspectos qualitativos sobre esse tema e concluiu que os montantes não alteram sua estrutura de capital e não comprometem a alavancagem financeira da Companhia.

### 13. OBRIGAÇÕES E ENCARGOS TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	12.164	12.249	13.307	13.247
Provisão para férias e 13º	25.132	26.491	28.654	29.819
Encargos sociais	8.537	8.598	9.411	9.530
Provisão PLR	3.361	-	3.797	-
	<u>49.194</u>	<u>47.338</u>	<u>55.169</u>	<u>52.596</u>

### 14. PARTES RELACIONADAS

Os saldos das transações entre partes relacionadas realizadas pela Companhia são os seguintes:

	Ativos		Passivos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Atacado União Ltda.	-	1.000	-	-
	<u>-</u>	<u>1.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Os saldos com partes relacionadas são mútuos para gerenciamento de fluxo de caixa, sem prazo de vencimento definido e sem atualização monetária/juros.

Além das operações de mútuos mencionadas acima, a Companhia possui outras operações com partes relacionadas, conforme detalhamento a abaixo:

#### Transações de compra e venda de mercadorias

Compra e venda de mercadorias realizadas entre as empresas do Grupo totalizaram R\$466.351 em 31 de dezembro de 2025 e R\$540.981 em 31 de dezembro de 2024. Na tabela acima, não há saldos a receber decorrentes de transações comerciais

#### Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e conselheiros, que corresponde ao pessoal-chave da Administração da Companhia, totalizou R\$12.481 em 31 de dezembro de 2025 e R\$14.506 em 31 de dezembro de 2024, relativo a benefícios de curto prazo, e encargos sociais decorrentes.

Adicionalmente, os administradores possuem planos ativos de opções de compra de ações conforme descrito na nota explicativa nº 20.e.

Obrigações com arrendamentos mercantis

As obrigações de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2025 são de R\$59.645 (R\$13.324 em 31 de dezembro de 2024) com acionistas atuais da Companhia. Os totais pagos a essas partes relacionadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$7.771 (R\$7.857 em 31 de dezembro de 2024).

Contas a pagar relativo a aquisições - Sellers Note

A Companhia possui determinadas obrigações de contas a pagar - “sellers note” - com acionistas atuais e ex-acionistas, as quais compõem parte do passivo registrado na rubrica “contas a pagar por aquisição de controladas” (vide nota explicativa nº 15). O valor a pagar às partes relacionadas é de R\$2.964 em 31 de dezembro de 2025 e R\$4.314 em 31 de dezembro de 2024.

Rateio de despesas

O total de despesas rateadas entre a Controladora e as suas controladas é de R\$16.098 em 31 de dezembro de 2025 (R\$21.706 em 31 de dezembro de 2024), conforme demonstrado na nota explicativa nº 22. A Companhia e suas controladas operam e são administradas integralmente, possuindo assim gastos comuns, os quais são rateados com base em critérios técnicos revistos periodicamente pela Administração.

## 15. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÕES DE CONTROLADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a pagar de aquisição, bruto	123.710	177.892	123.710	177.892
Ajuste a valor presente	(2.685)	(7.867)	(2.685)	(7.867)
Direito de compensação (a)	(24.440)	(22.594)	(23.261)	(21.414)
	<u>96.585</u>	<u>147.431</u>	<u>97.764</u>	<u>148.611</u>
Passivo circulante	55.277	52.350	56.456	53.530
Passivo não circulante	41.308	95.081	41.308	95.081
	<u>96.585</u>	<u>147.431</u>	<u>97.764</u>	<u>148.611</u>

(a) Refere-se ao direito de compensação a ser descontado do valor a pagar de aquisições.

A Companhia apresenta o saldo a pagar à valor presente, na data do balanço, considerando como taxa de desconto o índice prevalecente que reflete o custo de capital nas respectivas datas de aquisições.

As contas a pagar vencem como segue:

Ano de Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	54.324	-	55.504
2026	55.277	49.759	56.456	49.759
2027	41.308	43.348	41.308	43.348
	<u>96.585</u>	<u>147.431</u>	<u>97.764</u>	<u>148.611</u>

A movimentação do contas a pagar por aquisição de controladas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	147.431	183.936	148.611	185.034
Pagamentos	(54.718)	(45.547)	(54.718)	(45.547)
Adição/Reversão de direitos de compensação	(1.845)	(1.777)	(1.846)	(1.776)
Correção monetária	535	2.771	535	2.771
Ajuste a valor presente	5.182	8.129	5.182	8.129
Incorporação (nº 9)	-	(81)	-	-
Saldo no final do exercício	<u>96.585</u>	<u>147.431</u>	<u>97.764</u>	<u>148.611</u>

#### 16. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

Os valores a pagar de arrendamentos são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	37.647	-	41.019
2026	50.381	34.279	55.869	35.672
2027	46.289	27.041	52.349	28.434
2028	38.899	19.869	44.827	21.107
2029	28.252	10.613	33.851	11.508
Após 2029	75.598	13.722	99.047	15.833
	<u>239.419</u>	<u>143.171</u>	<u>285.943</u>	<u>153.573</u>
Ajuste a valor presente - circulante	(19.836)	(16.777)	(23.698)	(17.566)
Ajuste a valor presente - não circulante	(60.099)	(23.482)	(77.412)	(25.755)
	<u>159.484</u>	<u>102.912</u>	<u>184.833</u>	<u>110.252</u>
Passivo circulante	30.545	20.870	32.171	23.453
Passivo não circulante	128.939	82.042	152.662	86.799

A Companhia possui contratos de arrendamento - aluguel de imóveis majoritariamente firmados com pessoas físicas e algumas partes relacionadas, como divulgado na nota explicativa de nº 14.

A movimentação dos passivos de arrendamento é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	102.912	91.420	110.252	102.997
Adições	97.853	33.992	121.239	36.273
Baixa	(6.515)	(1.762)	(7.217)	(1.762)
Adições por incorporações	-	1.070	-	-
AVP - Arrendamentos	4.483	7.234	4.825	7.666
Pagamentos	(39.249)	(29.042)	(44.266)	(34.922)
Saldo final	<u>159.484</u>	<u>102.912</u>	<u>184.833</u>	<u>110.252</u>

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 a companhia reconheceu o valor de R\$1.942 referente a pagamentos de arrendamentos que não atendem os critérios para serem mensurados nos passivos de arrendamento a luz do CPC 06 (R\$1.920 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

A tabela a seguir detalha as diferenças entre saldos contábeis consolidados de ativo, saldos de passivo, valores de depreciação, e juros (sem inflação futura) em comparação com a metodologia sugerida no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019:

Consolidado		31/12/2025
Passivo de Arrendamento (sem inflação)		207.689
Requerimento CVM (com inflação)		207.730
%		(0,02%)
Direito de uso (sem inflação)		131.323
Requerimento CVM (com inflação)		131.748
%		(0,32%)
Despesa Financeira (sem inflação)		80.080
Requerimento CVM (com inflação)		79.533
%		(0,68%)
Despesa de depreciação (sem inflação)		131.323
Requerimento CVM (com inflação)		131.748
%		(0,32%)

## 17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os valores a pagar de empréstimos são como seguem:

Em moeda nacional	Emissão	Vencimento	Encargos anuais %	Controladora		Consolidado	
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos a pagar (i) - 4131	16/03/2021	Fev/2026	CDI + 3,20%	17.728	52.426	17.728	52.426
Empréstimos a pagar - (ii) 4131	17/02/2022	Fev/2027	CDI + 2,90%	-	23.305	-	23.305
Debêntures simples V (iv)	28/06/2024	Jun/2030	CDI + 2,10%	507.510	652.100	507.510	652.100
Debêntures simples VI (vii)	10/12/2025	Dez/2030	CDI + 1,95%	65.486	-	65.486	-
Debêntures simples BNDES (vi)	09/01/2025	dez/2029	7,42% Pré fix	25.199	-	25.199	-
(-) Custo Estruturação				(4.948)	(6.918)	(4.948)	(6.918)
Total em moeda local				610.975	720.913	610.975	720.913
Em moeda estrangeira	Emissão	Vencimento	Encargos anuais %	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos - Finimp	Mar/2023	Jun/2026	7,25a11,35%	23.275	18.730	23.275	18.730
Empréstimos a pagar - 4131 (iii)	10/04/2023	Abr/2028	CDI + 2,35%	62.076	96.146	62.076	96.146
Swap empréstimo 4131				(2.350)	(12.499)	(2.350)	(12.499)
Empréstimos a pagar - 4131 (v)	15/01/2025	Jan/2028	CDI + 1,30%	97.028	-	97.028	-
Swap empréstimos ITAU				957	-	957	-
Custo Empréstimo 4131	10/04/2023	Abr/2028	5,2394%	842	1.766	842	1.766
(-) Custo Estruturação				(183)	(542)	(183)	(542)
Total em moeda estrangeira				181.645	103.601	181.645	103.601
Total empréstimos e financiamentos				792.620	824.514	792.620	824.514
Circulante				111.387	97.365	111.387	97.365
Não circulante				681.233	727.149	681.233	727.149

A movimentação dos empréstimos é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	824.514	1.049.944	824.514	1.050.529
Captações líquidas de custo de estruturação	200.243	680.497	200.243	681.108
Amortizações	(220.902)	(982.501)	(220.902)	(983.112)
Pagamentos de juros	(81.911)	(38.794)	(81.911)	(38.821)
Despesa de juros e custo de estruturação	60.556	110.094	60.556	110.131
Variação cambial	(4.255)	29.665	(4.255)	29.757
Incorporação (nota nº.9)	-	687	-	-
(Ganhos) perdas decorrentes de instrumentos derivativos do tipo SWAP, liquidados no exercício	(2.457)	(4.309)	(2.457)	(4.309)
(Ganhos) perdas decorrentes de instrumentos derivativos do tipo SWAP, não liquidados	13.563	(19.093)	13.563	(19.093)
Ajuste a valor justo	3.269	(1.676)	3.269	(1.676)
Saldo Final	<u>792.620</u>	<u>824.514</u>	<u>792.620</u>	<u>824.514</u>

Os custos de estruturação das debêntures e Cédulas de Crédito Bancário são alocados linearmente a medida do prazo de fruição dos empréstimos e financiamentos. Em caso de liquidação antecipada das debêntures ou cédulas de crédito bancário os custos de estruturação remanescentes de alocação são reconhecidos de forma imediata ao resultado da companhia.

A totalidade das debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações.

- (i) Em 16 de março de 2021, foi efetivada a operação em Cédula de Crédito Bancário - 4131 no montante de R\$150.000, com prazo de pagamento de 5 anos, sendo 1 ano de carência, com parcelas de juros e amortizações semestrais, ao custo de CDI +3,40% a.a. As garantias estão atreladas a partes de recebíveis em Cartão de Crédito da Companhia, havendo cláusulas restritivas (“covenants”) - a razão entre Dívida Líquida / EBITDA deverá ser inferior a 3 entre 2021 e 2022, a 2,5 em de 2023, voltando a 3,0 a partir de 2024. A medição dos covenants é anual, sendo que a Companhia está adimplente com essas cláusulas com base no último exercício.
- (ii) Em 17 de fevereiro de 2022 a Companhia captou empréstimo de R\$40.000 para gestão de capital de giro. As garantias estão atreladas a aval das empresas do Grupo e há cláusulas restritivas (“Covenants”) a razão entre Dívida Líquida / EBTIDA deverá ser inferior ou a ou igual a 3,0 em 2022, e 2,5 em 2023, voltando a 3,0 a partir de 2024. Sobre o saldo do principal incide-se juros anuais de 2,90% a.a. + CDI, com prazo total de 5 anos, com 6 meses de carência para pagamentos de juros, e 1 ano de carência para pagamento do principal, ambos com parcelas semestrais. A medição dos covenants é anual, sendo que a Companhia está adimplente com essas cláusulas com base no último exercício.
- (iii) Em 10 de abril de 2023, aprovou-se a contratação de empréstimo - (operação 4131), no montante total de US\$20.000, vencimento final em 10 de abril de 2028; juros remuneratórios à taxa de 5,117003% ao ano; e devedores solidários: Jaicar Autopeças Ltda., e Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda. incorporadas no exercício de 2023. Referido empréstimo possui cláusulas restritivas (“covenants”) - a razão entre Dívida Líquida / EBITDA deverá ser inferior a 2,5 em 2023, e 3,0 a partir de 2024. O empréstimo requer cumprimento de “covenants” financeiros e não financeiros. A Companhia está adimplente com essas cláusulas.

Na mesma data foi contratado também junto ao Credor, operação de derivativo do tipo SWAP cambial no mesmo montante do empréstimo (US\$20.000), com objetivo de proteger os fluxos de caixa em moeda estrangeira, resultando em um custo efetivo do empréstimo de CDI+2,35% a.a. Vide detalhes na (nota 17.1).

- (iv) Em 11 de junho de 2024, com o objetivo de liquidação antecipada de outras captações, foi deliberado a emissão de debêntures da Companhia (5ª emissão de Debentures simples), não conversíveis em ações, no montante de R\$650.000 com prazo de pagamento de 6 anos, com amortizações semestrais a partir do vigésimo quarto mês, inclusive, com parcelas de juros e amortizações semestrais, ao custo de CDI + 2,10% a.a. Havendo cláusulas restritivas (“covenants”) - a razão entre Dívida Líquida / EBITDA deverá ser inferior a 3,0. A medição dos covenants é anual, sendo que a Companhia está adimplente com essas cláusulas com base no último exercício.
- (v) Em 15 de janeiro de 2025, aprovou-se a contratação de empréstimo - (operação 4131), no montante total de EUR 14.405, vencimento final em 18 de janeiro de 2028, juros remuneratórios à taxa de 4,85% ao ano. Na mesma data foi contratado também junto ao Credor, operação de derivativo do tipo SWAP cambial no mesmo montante do empréstimo (EUR 14.405), com objetivo de proteger os fluxos de caixa em moeda estrangeira, resultando em um custo efetivo do empréstimo de CDI + 1,30% a.a. A medição dos covenants é anual, sendo que a Companhia está adimplente com essas cláusulas com base no último exercício.
- (vi) Em 09 de janeiro de 2025, aprovou-se a contratação de empréstimo no montante total de R\$23.500, vencimento final em 15 de dezembro de 2029; juros remuneratórios à taxa de 7,42% a.a. A medição dos covenants é anual, sendo que a Companhia está adimplente com essas cláusulas com base no último exercício.
- (vii) Em 10 de dezembro de 2025, aprovou-se a contratação de empréstimo no montante total de R\$65.000, vencimento final em 10 de dezembro de 2030; ao custo de CDI + 1,95% a.a. A medição dos covenants é anual, sendo que a Companhia está adimplente com essas cláusulas com base no último exercício.

Em todas as operações de empréstimo, o EBITDA e Dívida Líquida são calculados conforme definições abaixo:

“DÍVIDA LÍQUIDA”: o consolidado dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, passivos decorrentes de mútuos para partes relacionadas e contas a pagar por aquisição de curto e longo prazos, subtraídas as disponibilidades de caixa (somatório de caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras); não são considerados os passivos decorrentes de contratos de arrendamentos de imóveis. Ou seja, “Dívida Líquida” = “Empréstimos e financiamentos” (Circulante) + “Empréstimos e financiamentos” (Não circulante) + “Contas a pagar - aquisições” (Circulante e Não circulante) + “Passivo de Mútuos” (Circulante e Não circulante) - “Caixa e equivalentes de caixa” - “Aplicações financeiras”.

“EBITDA”: significa o lucro operacional antes de depreciação, amortização, receitas/despesas não operacionais e receitas/despesas não recorrentes, resultado financeiro e impostos nos últimos 12 meses, calculado em base consolidada da Emissora e do pro forma em relação as empresas adquiridas, sendo certo que o pro forma será considerado apenas em caso de empresas adquiridas e ainda não consolidadas na devida proporção da participação da Emissora, pelo período não consolidado, de forma que não haja duplicidade de valores entre o consolidado e o proforma. Ou seja, “EBITDA” = “Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido” - “Depreciação e amortização” - “receitas/despesas não operacionais e não recorrentes”.

A Companhia se encontra adimplente neste e nos exercícios anteriores com todas as cláusulas restritivas de covenants, quer financeiras, ou não financeiras em todos os contratos de empréstimos acima listados.

Os valores de empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes prazos de vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	97.365	-	97.365
2026	111.387	194.588	111.387	194.588
2027	155.325	166.857	155.325	166.857
2028	195.656	150.819	195.656	150.819
2029	167.807	143.231	167.807	143.231
2030	162.445	71.654	162.445	71.654
	<u>792.620</u>	<u>824.514</u>	<u>792.620</u>	<u>824.514</u>

#### 17.1. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos para proteção de riscos cambiais. A determinação do valor justo destes derivativos, o qual pode divergir dos valores realizados em caso de liquidação antecipada por conta de fatores de mercado no momento da cotação, baseia-se em estimativas utilizando informações de mercado e fornecidas por terceiros, mensurados internamente e confrontados com cálculos realizados pelas contrapartes.

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía um SWAP, para as quais foram utilizados os seguintes procedimentos para a obtenção de seus valores justos:

- (i) Swap: o valor futuro da ponta ativa e da ponta passiva são estimados pelos fluxos de caixa projetados pela taxa de juros de mercado da moeda em que a ponta do swap é denominada. O valor presente na ponta denominada em dólar americano (US\$) é mensurado por meio do desconto utilizando a curva do cupom cambial e no caso da ponta denominada em reais, o desconto é feito utilizando a curva de juros do Brasil, sendo a curva futura do DI, considerando tanto o risco de crédito da Companhia quanto o da contraparte. O valor justo do contrato é a diferença entre essas duas pontas. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3.
- (ii) Non-deliverable forward (“NDF”): é efetuada uma projeção da cotação futura da moeda, utilizando-se das curvas de cupom cambial e curva futura do DI para cada vencimento. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta cotação obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando-se o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nocional de cada contrato e trazida a valor presente pela curva futura do DI. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3.

As posições de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2025 estão apresentadas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	
	Valor de referência (nocial) - em US\$ e EUR	Valor justo
Swap - <i>Fixed US\$ x CDI</i>	11.111	(2.350)
Swap - <i>Fixed EUR x CDI</i>	14.405	957
	<u>25.516</u>	<u>(1.393)</u>

Conforme mencionado na nota 17, o instrumentos derivativo do tipo SWAP foi contratado em conjunto com o empréstimo junto ao Citibank e Itaú e possui os mesmos termos do empréstimo.

Os saldos e a movimentação do derivativo tipo SWAP estão assim compostos:

31/12/2025	Valor justo	Ganho (perda) acumulado no resultado
Contratos de SWAP		
Ponta ativa		
Posição comprada em USD	159.104	-
Ponta passiva		
Posição vendida no CDI	(157.711)	-
Valor líquido dos instrumentos derivativos	<u>(1.393)</u>	<u>(1.393)</u>

Para os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com instituições financeiras e não por meio de bolsas de valores, não há margens depositadas como garantia das referidas operações.

#### 18. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão é constituída para cobrir perdas que sejam prováveis na opinião dos assessores legais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributária	2.812	2.249	2.813	2.249
Cível	695	202	698	222
Trabalhista	6.118	2.849	6.660	3.258
	<u>9.625</u>	<u>5.300</u>	<u>10.171</u>	<u>5.729</u>

As movimentações das provisões para riscos são demonstradas a seguir:

	Controladora			
	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Saldo no início do exercício	2.849	202	2.249	5.300
Adições	4.431	472	13	4.916
Reversões	(1.905)	(99)	(75)	(2.079)
Pagamentos	(142)	(19)	-	(161)
Correção monetária	885	139	625	1.649
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>6.118</u>	<u>695</u>	<u>2.812</u>	<u>9.625</u>

  

	Consolidado			
	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Saldo no início do exercício	3.258	222	2.249	5.729
Adições	4.790	495	13	5.298
Reversões	(2.166)	(141)	(144)	(2.451)
Pagamentos	(214)	(19)	-	(233)
Correção monetária	992	141	695	1.828
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>6.660</u>	<u>698</u>	<u>2.813</u>	<u>10.171</u>

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo dos processos com prognóstico possível, que não são provisionados na contabilidade, perfaz R\$33.382, sendo R\$6.291 relativos a processos tributários, R\$3.280 cíveis e R\$23.811 trabalhistas (em 31 de dezembro 2024 foram R\$20.968, R\$6.079, R\$1.400 e R\$13.489 respectivamente).

#### 19. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O resultado de imposto de renda e contribuição social está demonstrado conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Imposto corrente</u>				
Imposto corrente sobre o lucro do período	(2.843)	-	(2.846)	(5.294)
Total do imposto corrente	<u>(2.843)</u>	<u>-</u>	<u>(2.846)</u>	<u>(5.294)</u>
<u>Imposto diferido</u>				
Imposto diferido do período	9.887	(1.456)	19.309	4.103
Imposto diferido com contrapartida no Passivo Circulante (a)	(118)	(158)	(7.408)	(2.907)
Adição por incorporação	-	(234)	-	-
Total do imposto diferido	<u>9.769</u>	<u>(1.848)</u>	<u>11.901</u>	<u>1.196</u>
Resultado de imposto de renda e contribuição social	6.926	(1.848)	9.055	(4.098)

- a) Contempla o efeito no IRPJ e na CSLL do período decorrente da exclusão de subvenções governamentais das respectivas bases de cálculo, amparada por decisão judicial liminar, com reflexos no reconhecimento de tributos diferidos.

A análise a seguir reconcilia a carga tributária teórica sobre o resultado da Companhia com o crédito fiscal de IRPJ e CSLL registrado na Demonstração de Resultado, decorrente dos prejuízos operacionais incorridos e diferenças temporárias.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.564)	(687)	(4.693)	1.563
Expectativa de IRPJ e CSLL à alíquota 34%	872	234	1.596	(531)
Efeito tributário sobre:				
Equivalência patrimonial	(214)	2.100	-	-
Subvenções para Investimento (ICMS)	2.102	158	1.439	2.907
Outros	740	(3.093)	2.837	(3.582)
(Adições) / Exclusões permanentes, líquidas (b)	3.426	(1.247)	3.183	(2.892)
IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	6.926	(1.848)	9.055	(4.098)
Alíquota efetiva %	(270%)	269%	(193%)	(262%)

b) Contempla entre outros, ajustes de estoques, prêmios a funcionários, outorga gratuita de opções e atualização de indêbitos tributários.

Os impostos diferidos ativos apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Imposto diferido ativo</b>				
Perda estimada para obsolescência de estoques	4.514	5.104	4.993	5.571
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	51.806	41.427	61.955	48.604
Amortização do ágio alocado	28.137	36.834	28.137	36.834
Prejuízo fiscal e base negativa	380.081	326.217	435.557	359.949
Arrendamento mercantil	176.769	122.266	199.676	130.074
Provisão de riscos	4.819	-	5.235	326
Valor justo derivativos	23.126	2.796	23.126	2.796
Outras provisões	115	4.787	8.703	8.752
Provisão p/dissídio/PLR/comissões e horas extras	5.017	1.229	5.632	1.237
Provisão p/Auditoria /consultoria/advocacia	-	2.539	-	2.721
Provisão para perdas de estoques	1.959	1.697	2.096	5.259
Tributos com exigibilidade suspensa	384	180	5.478	3.284
Base de cálculo do imposto diferido ativo	676.727	545.076	780.588	605.407
Total do Imposto diferido ativo (alíquota de 34%)	230.087	185.326	265.400	205.838

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Imposto diferido passivo</u>				
Amortização fiscal do Ágio	211.718	163.480	211.718	163.480
Arrendamento mercantil	159.484	113.160	182.247	120.184
Taxa Depreciação Societária x Fiscal	24.847	16.838	24.679	16.589
Base de cálculo	396.049	293.478	418.644	300.253
Total do Imposto diferido passivo (alíquota de 34%)	134.657	99.783	142.339	102.086
Total imposto de renda diferido	95.430	85.543	123.061	103.752

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$109.038, representado por 99 milhões de ações ordinárias, e em 31 de dezembro de 2024 R\$90.318, representado por 88 milhões de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Os acionistas são:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ações	%	Ações	%
Stuttgart investimentos	70.472.254	70,98%	62.416.698	70,22%
João Henrique Fiório Checon	17.875.266	18,00%	16.125.266	18,14%
Nexus Investimentos	3.818.803	3,85%	3.418.804	3,85%
Gabriel Paganini Checon	2.154.547	2,17%	2.015.658	2,27%
João Pedro Paganini Checon	2.071.213	2,09%	2.015.658	2,27%
Juvenil Casagrande	1.941.591	1,96%	1.941.591	2,18%
Luiz Jorge de Marco	520.641	0,52%	520.641	0,59%
Adauto Lucio Paradela	434.823	0,44%	434.823	0,49%
	<u>99.289.138</u>		<u>88.889.139</u>	

### b) Reservas de capital

#### Valores aportados por acionistas

O montante de reserva de capital em 31 de dezembro de 2025 é de R\$772.673 e R\$602.748 em 31 de dezembro de 2024.

### c) Reservas legal de lucros e reserva de retenção de lucros

Reserva legal: é constituída com base em 5% do lucro de cada período e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social considerando as reservas de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de retenção de lucros: é decorrente da diferença entre o lucro do período menos o montante destinado a reserva legal, dividendo mínimo obrigatório e juros sobre o capital próprio.

Apesar da Companhia ter apurado lucro líquido no exercício, este decorre substancialmente do reconhecimento de subvenções governamentais para investimento, as quais, por força do art. 30 da Lei 12.973/14 e art. 195-A da Lei 6.404/76, não integram a base de cálculo do lucro distribuível, razão pela qual não houve constituição de reserva legal nem distribuição de dividendos obrigatórios no exercício.

d) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Estatuto Social da Companhia confere aos titulares das ações dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme os termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o exercício, sendo a média ponderada utilizada no cálculo do resultado por ação como segue:

<u>Resultado básico por ação</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado atribuível aos acionistas da sociedade	4.362	(2.535)
Quantidade média de ações ordinárias (em milhares)	95.822	88.889
Resultado básico por ação ordinária	<u>0,0455</u>	<u>(0,0285)</u>

Resultado diluído por ação

Como em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possui instrumentos financeiros com potenciais efeitos de diluição acionária, quando considerados os preços de exercício ponderados das Opções de compra de ações, não há diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação.

e) Opções de compra de Ações

Os acionistas da Companhia aprovaram quatro planos de opções de compra destinados a determinados funcionários, administradores e conselheiros (“participantes”) da Companhia (“1º Plano de Opções”, “2º Plano de Opções”, “3º Plano de Opções”, e “4º Plano de Opções”).

Há quatro programas vigentes regulados pelo 1º Plano de Opções, dois programas vigentes regulados pelo 2º Plano de Opções, um programa vigente pelo 3º Plano de Opções e três programas vigentes pelo 4º Plano de Opções, os quais preveem que os participantes devem permanecer na Companhia por períodos pré-determinados, perfazendo em média 5 anos (“vesting condition”). Caso ocorram eventos de liquidez listados no Plano de Opções ou uma oferta inicial de ações da Companhia (“IPO”), as opções de compra tornam-se exercíveis pelos beneficiários.

Os eventos de liquidez são: (a) venda, cessão, permuta ou qualquer outro tipo de alienação de ações da Companhia a terceiros não afiliados à Companhia e ao seu controlador, desde que implique em transferência de controle da Companhia; (b) venda ou alienação de todos, ou substancialmente todos os ativos da Companhia a terceiros não afiliados à Companhia e ao seu controlador.

O plano constitui negócio oneroso de natureza exclusivamente cível e não cria qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a Companhia ou suas controladas com os participantes, visto que os participantes correm risco de mercado e terão o dispêndio futuro para o exercício das opções.

Considerando todos os Planos de Opções descritos acima, a Companhia outorgou no total 11.517.091 Opções, já descontadas as Opções recompradas e/ou extintas por conta da perda do vínculo dos Participantes com a Companhia.

As Opções foram adquiridas pelos participantes pelo valor de R\$730, reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido. A diferença para o valor justo, que totaliza 10.135, vem sendo reconhecida no resultado no prazo de 5 anos a partir da data de cada outorga.

As opções de ações em circulação durante o exercício estão detalhadas a seguir:

Em unidades de opções	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade de opções	Preço de exercício médio ponderado (em R\$)	Quantidade de opções	Preço de exercício médio ponderado (em R\$)
Saldo no início do exercício	10.997.480	15,2200	11.380.519	15,9077
Opções concedidas durante o exercício	1.898.935	19,1200	571.608	25,0200
Recompra de opções durante o exercício	-	-	-	-
Extinção de opções durante o exercício	(1.379.324)	17,4294	(954.647)	29,2857
Ajuste de preço de exercício por aditivo contratual	(2.542.758)	25,0100	-	-
Ajuste de preço de exercício por aditivo contratual	2.542.758	19,1200	-	-
Saldo no fim do exercício	<u>11.517.091</u>	<u>14,2980</u>	<u>10.997.480</u>	<u>15,2200</u>

O valor justo das opções outorgadas foi calculado nas datas das respectivas outorgas de cada programa com base no modelo de Black & Scholes e a metodologia de fluxo de caixa descontado.

f) Aporte de capital

Os acionistas aprovaram por unanimidade de votos, em 05/05/2025, um aporte em moeda corrente nacional e recursos imediatamente disponíveis, no montante total R\$187.200 passando o capital social da Companhia de R\$90.318, dividido em 88.889 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, para R\$109.038 dividido em 99.289 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, dos quais, R\$18.720 serão destinados à conta de capital social da Companhia e R\$168.480 serão destinados à conta de reserva de capital.

21. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta com venda de mercadorias	2.457.181	2.498.051	3.108.491	3.232.234
Receita bruta com prestação de serviço	21.785	21.444	21.785	21.531
Devoluções de vendas	(102.132)	(105.401)	(124.172)	(130.651)
PIS e COFINS	(58.951)	(58.957)	(70.988)	(70.439)
ICMS	(110.141)	(91.961)	(153.255)	(141.074)
ICMS Subvenção (i)	5.378	1.551	24.868	21.971
IPI	(1.819)	(1.410)	(6.599)	(5.195)
ISS	(1.071)	(1.057)	(1.072)	(1.061)
Total da receita operacional líquida	<u>2.210.230</u>	<u>2.262.260</u>	<u>2.799.058</u>	<u>2.927.316</u>

- (i) A controladora Fortbras Autopeças S/A possui benefício fiscal de subvenção governamental concedido pelos Estados do Espírito Santo, Pará e Goiás, e suas controladas Atacado União Ltda. nos Estados do Espírito Santo e Mato Grosso e Hipervarejo Ltda. no Estado do Espírito Santo. A administração da Companhia, suportada por parecer de seus assessores legais, concluiu que os benefícios advindos dessas transações se qualificam como subvenções governamentais, para o registro contábil e fiscal, conforme previsto nas normas contábeis, e fiscais.

Essas subvenções consistem em:

- a) No Espírito Santo, programa de Incentivo denominado “Compete/ES”, vinculado à celebração de contrato de competitividade, instituído pela Lei Estadual ES Nº 10.568 e alterações subsequentes, abrangendo operações atacadistas e e-commerce), determinando que a alíquota efetiva das vendas interestaduais é 1,10% e os créditos decorrentes das compras devem ser estornados.
- b) Em Goiás, Crédito Outorgado de ICMS, instituído pela Lei 12.462/1994, Anexo IX, Art. 11 e Inciso III, do RICMS/GO, equivalente ao percentual de 3% na saída interestadual que destine mercadoria para comercialização, produção ou industrialização, aplicado sobre o valor da correspondente base de cálculo de ICMS.
- c) No Pará, Crédito presumido de 75% aplicado sobre valor de ICMS apurado nas operações internas e interestaduais, conforme Capítulo LIX, do Anexo I, do RICMS/PA.
- d) No Mato Grosso Crédito outorgado de 12% sobre o valor de ICMS apurado nas operações internas, com estorno do crédito que ultrapassar o limite de 7%, conforme Decreto nº 643, de 26 de dezembro de 2023, e Art. 2º, II, a, b, do Anexo XVII, do RICMS/MT.

A controladora e as controladas Atacado União Ltda. e Hipervarejo Ltda. aderiram aos programas para usufruírem dos correspondentes benefícios, estando adimplentes com as determinações legais instituídas pelas correspondentes leis que instituíram referidos benefícios. O prazo para manutenção desses benefícios é indeterminado enquanto estiver vigente o benefício fiscal, desde que a Controladora, o Atacado União Ltda, Hipervarejo Ltda. cumpram com os formalismos previstos na referida legislação e permaneçam em situação regular perante o Fisco Estadual. Esses valores não serão distribuídos como dividendos. Em 31 de dezembro de 2025, essas subvenções para investimento resultaram em crédito à rubrica dedução de vendas, no montante de R\$24.868 e (R\$21.971 em 31 de dezembro de 2024). O saldo da Reserva de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro de 2025 é de R\$8.927 na Controladora, R\$121.037 na controlada Atacado União Ltda, R\$7.411 na Hipervarejo Ltda.

## 22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo das mercadorias vendidas	(1.504.118)	(1.524.919)	(1.957.477)	(2.018.035)
Salários e benefícios	(279.009)	(295.992)	(318.066)	(334.210)
Depreciação de imobilizado	(56.698)	(54.937)	(62.718)	(62.576)
Depreciação de intangível	(9.297)	(6.899)	(9.348)	(6.942)
Amortização da mais valia	(18.639)	(23.461)	(18.639)	(23.461)
Despesas com comissão de vendas	(87.678)	(91.077)	(125.823)	(138.607)
Despesas com fretes e seguros	(54.761)	(48.459)	(79.471)	(77.775)
Serviços terceiros (i)	(62.640)	(68.023)	(74.583)	(77.105)
Despesas tributárias	(8.411)	(7.751)	(9.833)	(8.629)
Despesas com manutenção e conservação predial	(20.557)	(21.354)	(24.328)	(25.065)
Receita de compartilhamento de despesas intragrupo	16.097	21.702	-	-
Demais despesas, líquidas(ii) (ii)	1.243	(22.008)	3.610	(29.234)
Equivalência patrimonial	(631)	6.176	-	-
<b>Total de custos e despesas</b>	<b>(2.085.099)</b>	<b>(2.137.002)</b>	<b>(2.676.676)</b>	<b>(2.801.639)</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Alocado a:</u>				
Custo das mercadorias vendidas	(1.504.118)	(1.524.919)	(1.957.477)	(2.018.035)
Despesas de vendas	(142.340)	(139.688)	(205.206)	(216.572)
Administrativas e gerais	(407.397)	(440.466)	(464.605)	(498.982)
Despesas com depreciação e amortização	(65.995)	(61.836)	(72.066)	(69.518)
Amortização da mais valia	(18.639)	(23.461)	(18.639)	(23.461)
Outras (despesas) receitas operacionais	54.021	47.192	41.317	24.929
Equivalência patrimonial	(631)	6.176	-	-
Total de custos e despesas	<u>(2.085.099)</u>	<u>(2.137.002)</u>	<u>(2.676.676)</u>	<u>(2.801.639)</u>

- (i) Em 12/06/2024 a 1ª. Seção do Supremo Tribunal de Justiça julgou o Tema nº 1.079/STJ, que firmou entendimento favorável ao contribuinte e fixou a seguinte tese de julgamento: “Seja CONCEDIDA A SEGURANÇA para reconhecer o direito da Impetrante, por si e por suas filiais, de observar o valor-limite de 20 (vinte) salários mínimos vigentes no País para fins de apuração da base de cálculo (folha de salários) e recolhimento das contribuições devidas a terceiros/outras entidades, conforme fundamentação e jurisprudência destacadas acima”. Diante desta decisão judicial, a companhia reconheceu o valor de R\$14.759, sendo R\$12.718 de imposto a serem restituídos conforme rubrica (i) em “Demais despesas, liquidas”, R\$2.041 relativo à correção monetária conforme nota 25 na rubrica de “Descontos obtidos e atualizações monetárias” em receitas financeiras, e um montante referentes aos honorários advocatícios de R\$1.026 na rubrica de (i) “Serviços terceiros”.
- (ii) Os impactos decorrentes das catástrofes do ano de 2024, registrando um total de perdas de R\$9.064.

As bonificações recebidas de fornecedores por crescimento de volume de compras são mensuradas e reconhecidas com base nos acordos comerciais e registradas ao resultado na rubrica de custo das mercadorias vendidas à medida em que os correspondentes bônus são pagos ou creditados, dado que tem como característica o reembolso do custo de aquisição de mercadoria revendidas, em virtude de campanhas de vendas ou promoções realizadas em conjunto com nossos fornecedores.

## 23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	Varejo		Atacado		E-commerce		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	2.214.607	2.266.407	449.907	435.819	134.544	225.090	2.799.058	2.927.316
Custos das mercadorias vendidas	(1.507.127)	(1.522.398)	(351.328)	(330.520)	(99.022)	(165.117)	(1.957.477)	(2.018.035)
Lucro Bruto	707.480	744.009	98.579	105.299	35.522	59.973	841.581	909.281
<i>Margem Bruta</i>	<i>31,9%</i>	<i>32,8%</i>	<i>21,9%</i>	<i>24,2%</i>	<i>26,4%</i>	<i>26,6%</i>	<i>30,1%</i>	<i>31,1%</i>
Despesas de vendas	(142.642)	(140.695)	(22.843)	(21.473)	(39.721)	(54.404)	(205.206)	(216.572)
Margem de contribuição	564.838	603.314	75.736	83.396	(4.199)	5.569	636.375	692.709
	25,5%	26,6%	16,8%	19,2%	(3,1%)	2,5%	22,7%	23,7%

O desempenho dos segmentos é avaliado pelo principal tomador de decisão de forma a acompanhar o desempenho comparativo das margens brutas e margens comerciais por segmento, haja vista que os atuais sistemas de informação permitem alocar adequadamente as receitas, custos e despesas de vendas por segmento. Na atual estrutura de gestão, despesas gerais, administrativas e financeiras são parte de um “pool” comum de despesas, sem critérios técnicos de associação direta aos três segmentos.

Na posição patrimonial, o item que deriva diretamente dos segmentos e pode ser quantificado são as contas a receber de clientes. Estoques e, em consequência, contas a pagar a fornecedores são comuns aos segmentos. Na logística, os centros de distribuição servem a todos os segmentos em suas atividades de recebimento, guarda e entrega de produtos. Alguns outros ativos, como ativo imobilizado, direitos de uso de imóveis e ativo intangível, poderão ser associados a um ou outro segmento. Não obstante, é tão pequena a parcela dos ativos que poderiam ser diretamente relacionados aos segmentos, que tornaria a informação insignificante. Essa linha de julgamento justifica a ausência de segregação de ativos e passivos entre os segmentos.

## 24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Receitas financeiras</u>				
Juros sobre aplicações financeiras	12.852	24.232	13.290	24.706
Juros de clientes	18.791	13.672	22.382	16.564
Descontos obtidos e atualizações monetárias	16.470	10.451	17.820	11.605
Total de receitas financeiras	<u>48.113</u>	<u>48.355</u>	<u>53.492</u>	<u>52.875</u>
<u>Despesas financeiras:</u>				
Juros e atualizações monetárias sobre contas a pagar aquisição de controladas	(2.517)	(2.772)	(2.517)	(2.772)
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	(127.091)	(132.841)	(127.091)	(132.981)
Juros sobre arrendamentos	(22.655)	(10.709)	(24.351)	(11.700)
Tarifas bancárias e despesas com boletos e cartões	(14.087)	(13.276)	(14.329)	(13.729)
Descontos concedidos e atualizações monetárias passivas	(2.121)	(2.032)	(2.259)	(2.008)
Outros	(2.155)	(4.541)	(4.838)	(5.670)
Total de despesas financeiras	<u>(170.626)</u>	<u>(166.171)</u>	<u>(175.385)</u>	<u>(168.860)</u>
Ajuste a valor presente - aquisição de controladas	(5.182)	(8.129)	(5.182)	(8.129)
Total resultado financeiro, líquido	<u>(127.695)</u>	<u>(125.945)</u>	<u>(127.075)</u>	<u>(124.114)</u>

## 25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Considerações gerais e políticas

A Administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas pela Tesouraria da Companhia por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelos comitês internos e aprovados pelo Conselho de Administração. A Aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é apresentada e avaliada tempestivamente pelos comitês internos e Conselho de Administração.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, por categoria, mensurados ao custo amortizado e valor justo são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Ativos financeiros</u>				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	208.338	179.567	228.505	219.721
Contas a receber de clientes (Nota 6)	276.551	240.401	370.011	316.726
Partes relacionadas (Nota 14)	-	1.000	-	-
	<u>484.889</u>	<u>420.968</u>	<u>598.516</u>	<u>536.447</u>
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado				
Fornecedores (Nota 12)	273.523	270.271	343.082	369.862
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 15)	96.585	147.431	97.764	148.611
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	634.067	739.101	634.067	739.101
	<u>1.004.175</u>	<u>1.156.803</u>	<u>1.074.913</u>	<u>1.257.574</u>
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	159.946	97.912	159.946	97.912
<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>				
SWAP (Nota 17.1)	(1.393)	(12.499)	(1.393)	(12.499)
	<u>1.162.728</u>	<u>1.242.216</u>	<u>1.233.466</u>	<u>1.342.987</u>

A Companhia e suas controladas classifica a mensuração dos valores justos dos seus instrumentos financeiros como nível 2, utilizando como base as seguintes regras de hierarquização:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: Outras Informações, com exceção das incluídas no nível 1, observadas para ativo ou passivos similares, diretamente como preços ou indiretamente como técnicas de avaliação resultantes de preços.

Nível 3: Resultantes de técnicas de avaliação que não derivam de um mercado ativo.

#### Fatores de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros; riscos de mercado (incluindo risco de moeda e taxa de juros), de crédito e liquidez. O programa de gestão de riscos da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósito especulativo.

#### Risco de mercado

Reflete o risco de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue como resultado de mudanças de câmbio e preço. No caso da Companhia, a mesma está exposta ao risco de câmbio decorrente de empréstimo denominado em moeda estrangeira, conforme detalhados a seguir nessa nota explicativa.

a) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de câmbio resultante de contrato de empréstimo denominado em moeda estrangeira, diferente da moeda funcional. Para a redução da referida exposição foram implantadas políticas para proteger o risco cambial, que estabelecem níveis de exposição vinculados a esses riscos.

Os procedimentos de tesouraria definidos pelas políticas vigentes incluem rotinas tempestivas de avaliação da exposição cambial da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

A política de proteção cambial da Companhia considera os valores em moeda estrangeira dos saldos a pagar dos compromissos assumidos e registrados nas demonstrações financeiras intermediárias.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentava saldo de passivo em moeda estrangeira sem proteção cambial no montante de R\$22.724 (Em 31 de dezembro de 2024 de R\$7.997).

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, em relação à expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

Indicador		Provável	Possível	Remoto	
Câmbio (R\$/US\$)		5,50	6,88	8,25	
<u>Controladora e Consolidado</u>					
	Risco	31/12/2025	Provável	Possível	Remoto
Empréstimos em moeda estrangeira, sem proteção cambial (nota 17)	Aumento taxa câmbio (R\$/US\$)	24.117	8	(6.019)	(12.047)
		<u>24.117</u>	<u>8</u>	<u>(6.019)</u>	<u>(12.047)</u>

b) Exposição ao risco de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de:

- 1) Aplicações financeiras que são remuneradas por taxas de juros variáveis.
- 2) Obrigações a pagar relativas à aquisição das empresas do Grupo União, que são atualizadas pelo CDI.
- 3) Empréstimos e financiamentos cujas taxas de juros são variáveis
- 4) Operações de SWAP e NDF onde há troca exposição cambial por taxas de juros.

Esse risco é administrado pela Companhia.

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos em 31 de dezembro de 2025. Para os passivos com taxas pós-fixadas a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o período.

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com aumento de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados como cenário possível e cenário remoto, respectivamente. A taxa considerada deriva de análises de mercado e de estimativas internas elaboradas pela Administração da Companhia e são demonstradas a seguir:

Indicador	Provável	25%	50%
CDI	14,90%	18,63%	22,35%

O risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados em 31 de dezembro de 2025 é a sua elevação, uma vez que o saldo das aplicações financeiras referenciadas ao CDI é inferior ao saldo da obrigação a pagar relativa à aquisição das empresas do Grupo União e dos empréstimos e financiamentos, que também são atualizadas pelo CDI.

Abaixo, é apresentado o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses, considerando os cenários acima:

		Controladora				
		Risco	31/12/2025	Provável	Possível	Remoto
Aplicações financeiras (Nota 5)	Elevação do CDI		203.602	30.337	37.921	45.505
Contas a pagar por aquisição de controlada (Nota 15)	Elevação do CDI		(4.857)	(724)	(905)	(1.086)
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	Elevação do CDI		(769.896)	(114.715)	(143.393)	(172.072)
			<u>(571.151)</u>	<u>(85.102)</u>	<u>(106.377)</u>	<u>(127.653)</u>

		Consolidado				
		Risco	31/12/2025	Provável	Possível	Remoto
Aplicações financeiras (Nota 5)	Elevação do CDI		224.019	33.379	41.724	50.068
Contas a pagar por aquisição de controlada (Nota 15)	Elevação do CDI		(4.857)	(724)	(905)	(1.086)
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	Elevação do CDI		(769.896)	(114.715)	(143.393)	(172.072)
			<u>(550.734)</u>	<u>(82.060)</u>	<u>(102.574)</u>	<u>(123.090)</u>

A Companhia vem aplicando seus recursos em instituições financeiras aprovadas pela Administração, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Exposição ao risco de taxas de juros e risco cambial dos instrumentos financeiros derivativos

Conforme política de proteção cambial, os derivativos contratados pela Companhia deverão eliminar o risco cambial de instrumentos financeiros em moedas diferentes de sua moeda funcional e limitar as perdas por variação cambial de fluxos de caixa futuros.

Para proteger as exposições cambiais com relação à moeda estrangeira, a Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo SWAP.

Para fins de análise de sensibilidade da exposição à variação cambial, a Companhia também considerou o saldo do instrumento derivativo do tipo SWAP (conforme detalhes divulgados na nota 17.1).

O Dólar e taxa de juros considerados na análise de sensibilidade, consideram as projeções esperadas até o final das operações trazidos a valor presente baseada nas projeções do mercado futuro da B3.

		Controladora e Consolidado				
		Risco	31/12/2025	Provável	Possível	Remoto
Instrumentos derivativos, nota 17.1.	Aumento taxa câmbio (R\$/US\$) / taxa de juros		1.393	-	39.776	79.552
			1.393	-	39.776	79.552

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os seus níveis de endividamento, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, acrescentadas dos juros a transcorrer, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Controladora						
	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Fornecedores (Nota 12)	273.523	-	-	-	-	273.523
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 15)	50.000	52.517	-	-	24.440	126.957
Arrendamento a pagar (Nota 16)	50.381	46.289	38.899	28.252	75.598	239.419
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	209.650	261.841	277.756	213.390	181.677	1.144.314
	<u>583.554</u>	<u>360.647</u>	<u>316.655</u>	<u>241.642</u>	<u>281.715</u>	<u>1.784.213</u>

  

Consolidado						
	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Fornecedores (Nota 12)	343.082	-	-	-	-	343.082
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 15)	50.000	52.517	-	-	24.440	126.957
Arrendamento a pagar (Nota 16)	55.869	52.349	44.827	33.851	99.047	285.943
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	209.650	261.841	277.756	213.390	181.677	1.144.314
	<u>658.601</u>	<u>366.707</u>	<u>322.583</u>	<u>247.241</u>	<u>305.164</u>	<u>1.900.296</u>

e) Gestão do capital social

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia poderá efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas e captação de novos empréstimos.

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 15)	96.585	147.431	97.764	148.611
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	792.620	824.514	792.620	824.514
Dívida Total	<u>889.205</u>	<u>971.945</u>	<u>890.384</u>	<u>973.125</u>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	208.338	179.567	228.505	219.721
Dívida Líquida	<u>680.867</u>	<u>792.378</u>	<u>661.879</u>	<u>753.404</u>
Patrimônio Líquido	951.146	758.139	951.146	758.139
Índice de endividamento líquido	0,72	1,05	0,70	0,99

## 26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens e direitos sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade (informação não revisada pelos auditores independentes):

<u>Modalidade</u>	<u>Objeto</u>	<u>Cobertura (Limite máximo de garantia)</u>	<u>Vigência</u>
Cobertura Básica	Patrimonial	R\$148 Milhões	25/08/2025 a 25/08/2026
D&O	Administradores Danos	R\$40 Milhões	01/09/2025 a 01/09/2026
Responsabilidade Civil	materiais/corporais	R\$10 Milhões	25/08/2025 a 25/08/2026

Os seguros patrimoniais que visam garantir as unidades de negócio da Companhia contam com cobertura para eventos decorrentes de incêndio, queda de raio, explosão, lucros cessantes decorrentes de incêndio, alagamento e inundação, roubo e furto qualificado de bens e danos elétricos.

A Administração acredita que suas apólices, contratadas junto a renomada seguradora, refletem as condições usuais de mercado para os tipos de seguros que contrata e abrangem coberturas em escopo e montantes considerados suficientemente adequados.

## 27. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM OS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 2025

- Na Controladora e no Consolidado houve adições nos saldos de direito de uso decorrentes da assinatura de novos contratos de arrendamento mercantil nos valores de R\$97.853 e R\$121.239 respectivamente controladora e consolidado, com contrapartida no passivo. Vide notas explicativas nº10 e nº16.
- No Consolidado houve compensações de créditos tributários referentes a IRPJ/CSLL nos valores de R\$2.359.

Em 2024

- Na Controladora e no Consolidado houve adições nos saldos de direito de uso decorrentes da assinatura de novos contratos de arrendamento mercantil nos valores de R\$33.992 e R\$36.273 respectivamente controladora e consolidado, com contrapartida no passivo.
- No Consolidado houve compensações de créditos tributários referentes a IRPJ/CSLL nos valores de R\$2.175.
- Na Controladora houve cancelamento de dividendos nos valores de R\$4.530.

## 28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2026.

---